

Configurações de poderes urbano-rurais: Fragmentos de discursos e práticas.¹

Roberto José Moreira²

Introdução

Agradeço ao convite dos organizadores deste Encontro Nacional de Geografia Agrária. Esclareço que passei por diversos estados de ânimo desde que aceitei o convite. Como abordar o assunto tema desta mesa, em um ambiente acadêmico que não é o meu? Minha origem na agronomia, em 1968, passando posteriormente pela economia e sociologia rurais, pela economia política e, desde 1978, por minhas atividades e interlocuções científicas no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, o CPDA da UFRRJ, localizam-me tematicamente naquilo que denomino de mundo rural contemporâneo. Apesar de falar deste lugar construí um pensamento analítico no qual o rural não pode ser visualizado a não ser por suas relações complexas com o urbano. São alguns fragmentos desta perspectiva analítica que pretendo apresentar nesta mesa.³

Nestas considerações estarei associando terra, natureza e ecossistema em uma análise que procurará indicar algumas configurações de poderes urbano-rurais e cidade-campo da modernidade e da contemporaneidade.

Em *O rural contemporâneo: por uma perspectiva analítica da complexidade* pretendo apresentar meu marco analítico ao mesmo tempo que apresento algumas questões contemporâneas. Em *Fragmentos de poderes urbano-rurais em uma perspectiva histórica* procurarei apontar diferentes configurações de poderes nas relações cidade e campo da modernidade e contemporâneas, com foco na configuração dos Estados burgueses. Em *Territórios ecossistêmicos e globalizações*, estarei visualizando as facetas dos mercados e da competição capitalistas presentes nas disputas dos domínios territoriais e ecossistêmicos, a partir do que denomino de renda da natureza, problematizando uma imagem idílica e utópica de campo como natureza, que parece estar em curso. Pretendo finalizar, em *Uma necessária reflexão teórica*, com uma narrativa sobre a construção social da ciência moderna pensando-a como parte componente dos poderes da cidade. Ao mesmo tempo procurarei, a partir de uma desconstrução do conceito de natureza da

¹ Texto apresentado no XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Mesa III: As relações cidade x campo: uma necessária reflexão teórica: Julio César Suziki (USP), João Rua (PUC/RJ -UERJ), Roberto J. Moreira (UFRRJ), Coordenador/debatedor Jacob Binstok (UFF). Rio de Janeiro, UERJ, novembro de 2006.

² Bolsista do CNPq. Professor Pesquisador do PPGCS em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Programa CPDA) da UFRRJ. PHD em Economia pela Universidade de Cornell, EUA.

³ Os textos básicos utilizados foram: MOREIRA (2003), MOREIRA (2005) e MOREIRA (2006). A forma e os argumentos foram adaptados para o tema desta mesa.

ciência moderna clássica, ainda presente na cultura e no próprio campo científico, apresentar alguns elementos de meu enfoque analítico, apoiado em uma ciência moderna relativista.

Os argumentos apesar de aparentemente delineados por partes nesta pequena introdução estão entrelaçados em uma rede complexa que espero ter sucesso em apresentar.

Estas reflexões procuram localizar o rural – suas instituições, suas políticas e suas práticas – na análise da modernidade. O rural será aqui considerado como parte constitutiva das revoluções burguesas e das lutas pela independência colonial das sociedades ocidentais, bem como elemento constitutivo do exercício e da legitimação da hegemonia⁴ cultural e política dos poderes urbanos nestas sociedades. Defenderemos a idéia de que está em curso uma mudança cultural dos sentidos que eram atribuídos ao rural na modernidade fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova visão de rural e de mundo rural.

O rural contemporâneo: por uma perspectiva analítica da complexidade

Em MOREIRA (2002) construí três narrativas para minhas reflexões sobre o rural contemporâneo. Uma delas nos fala das imagens do rural da modernidade dos países centrais, principalmente européia. A outra nos fala do rural e das suas modernizações incompletas da periferia latino-americana, em especial a brasileira. A terceira procura refletir sobre o rural, a globalização e as lutas por hegemonias em escala global, contendo em sua complexidade tensões das configurações de poderes entre centro e periferias mundiais, no passado e no presente.

Na primeira narrativa, temos um processo homogeneizador da modernidade ocidental, que teria feito desaparecer o campo e o rural, em especial o rural concebido como a imagem de um rural camponês e uma natureza pré-capitalista. O outro da modernidade ao qual se imporiam os poderes urbanos da modernização. Esta narrativa nos fala da dominação do rural pela indústria e pela cidade e dos processos de modernização, como seriam os casos dos países centrais, em especial da Europa. O resultado – a industrialização e a urbanização do campo – faz desaparecer o rural camponês e a natureza pré-capitalista. Na hipótese de JAMESON (1977, 26-27), na atualidade, um novo outro, ainda a ser dominado, se apresenta no poder alienado da tecnologia, da megalópole, da cidade e do social, tomados como instâncias privilegiadas do global transnacional. Em minha interpretação, aquela imagem de rural camponês e pré-capitalista estaria desaparecendo em favor de uma outra imagem de rural da alta modernidade: um campo harmônico e sem conflitos, uma utopia de uma natureza intocada.⁵ Este novo rural seria ao mesmo tempo

⁴ Cumpre esclarecer, para evitar acusações de simplificações e determinismos, que os núcleos hegemônicos contêm diversidades internas, carregam tensões e diferentes interesses, cultivam alianças nacionais e internacionais e raramente podem ser concebidos como um núcleo homogêneo, sólido e unificado em seus interesses.

⁵ E, em uma vertente mais radical, quase mítica-religiosa, do imaginário contemporâneo: uma deusa Gaia.

urbano e global. Já tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, a imagem desse rural da alta ou da pós-modernidade reescreveria as identidades rurais tendendo a construir o agricultor como o *jardineiro da natureza* e como *guardião do patrimônio natural e das tradições culturais*, agora a serem preservadas. Na segunda narrativa, teríamos a postulação de culturas híbridas, oriundas das especificidades sócio-históricas da periferia mundial. Nestas sociedades, a modernização e a modernidade não se completaram. Os baixos níveis de escolaridade, saúde, cidadania incompleta e os elevados indicadores de desigualdades sociais atestariam essa afirmação de incompletude.⁶ O sentido cancliniiano de modernização incompleta⁷, do qual me aproprio, carrega o paradoxo de uma completude-incompleta, uma vivência híbrida e contraditória em que o próprio ser é culturalmente híbrido e aberto, com possibilidades, mas sem certezas de menores desigualdades. Mesmo que já tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, esse rural reescreveria as identidades rurais ainda em luta por redução dos diferenciais de poder e desigualdade, pela construção da cidadania e democracia, e pela expansão dos direitos e redução das injustiças, tais como nos fazem visualizar os movimentos sociais dos sem-terra e a exploração do trabalho escravo e infantil, no Brasil. Neste rural não teriam desaparecido os poderes expressos nos “vilarejos do interior oligárquico” e “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado”, de nosso passado colonial e Imperial, como em nossa hipótese para o caso brasileiro (MOREIRA, 2002d).

Na análise dos processos de constituição de sociedades burguesas, algumas destas sociedades emergiram de lutas revolucionárias contra os antigos regimes. Outras como lutas de libertação nacional de regimes coloniais, escravocratas ou não. Alguns autores⁸ diferenciam as sociedades oriundas de revoluções democráticas burguesas daquelas sociedades que vivenciaram processos autoritários das revoluções pelo alto. No que se refere à questão agrária, as primeiras, regra geral, foram acompanhados de processo de destruição de forças antigas com reformas agrárias; constituindo forças e domínios territoriais rurais mais democráticos, como seriam, por exemplo, os casos da Inglaterra, França e do EUA. As segundas instituíram novos poderes sem rupturas radicais com a ordem anterior e se realizaram sem processos de democratização do domínio rural, como seriam os casos da Alemanha e do Brasil. As forças políticas hegemônicas nacionais que emergiram destes processos projetaram processos diferenciados de urbanização e de industrialização e, portanto, construíram distintas visões das relações rurais e urbanas. Projetaram papéis e funções para seus mundos rurais e instituíram, nestes contextos políticos, suas instituições rurais. Estas seriam as configurações de poderes urbano-rurais da modernidade.

⁶ Essa modernização incompleta é incompleta em um sentido radicalmente diferente daquele pensado pelas teorias da modernização e do desenvolvimento. Tais teorias antevêm a modernização e o desenvolvimento se completando em algum momento do futuro.

⁷ Cf.: CANCLINI (2000).

⁸ Cf.: COUTINHO (1990) e VELHO (1979).

No caso brasileiro, o domínio privado sobre o território nacional foi fundado no monopólio monárquico colonial do Reino Português, nas concessões de uso das capitanias hereditárias e das sesmarias. Ainda sobre o poder monárquico do Império Brasileiro, a Lei de Terras, de 1850, reconhece a base da estrutura de uso anterior da terra como direitos de propriedade e institui os futuros acessos pela compra e venda no mercado de terras. Nos processos de urbanização e de industrialização dos pós-1930 e no surto de democratização do pós-1946 essa forma de acesso a terra é tensionada pelo movimento camponês. O Estatuto da Terra, de 1964, instituído pelo poder do Golpe Militar do mesmo ano, não foi capaz de estabelecer parâmetros para uma significativa reforma do domínio privado sobre o território. O domínio do território não é democratizado. No presente, os elevados índices de concentração da propriedade da terra demonstram que a grande propriedade agrária ainda exerce um domínio quase absoluto sobre o território nacional. Na medida em que o Estado nacional moderno tem seu fundamento no domínio de um dado território e no direito burguês da propriedade privada, o Estado brasileiro ainda tem fortes raízes agrárias.

As raízes agrárias autoritárias do Estado Brasileiro e do domínio concentrado de território pouco têm sido ressaltadas nas análises da fragilidade e insuficiência de nossa democracia e dos elevados índices de desigualdades sociais contemporâneos. Nessa perspectiva poderíamos falar das raízes agrárias do Estado Brasileiro e postular a existência uma ruralidade autoritária no Estado e na cultura brasileira, ainda atuante em nosso sincretismo cultural, que os processos de industrialização não foram capazes de apagar.

Na perspectiva de minha terceira narrativa, o universo das ruralidades contemporâneas foi visualizado a partir do pensamento sobre as relações entre o local e o global da pós-modernidade e da globalização. Os rurais imaginários construídos pelos diferentes processos de aburguesamento estariam desaparecendo em um paradoxal processo de desterritorialização e de presentificação. Os rurais imaginários visualizados por estas duas primeiras narrativas estariam desaparecendo fazendo desaparecer com eles as configurações históricas dos diferenciais de poder da modernidade. Um duplo processo de desenraizamento – do tempo e do espaço – poderia ser observado. O desenraizamento do tempo significa um passado que desaparece e reaparece como representação do passado desaparecido, tais como seriam as representações presentes do patrimônio e tradições que sedimentam os turismos ecológicos e rurais contemporâneos e a valorização dos produtos e artesanatos culturais “da fazenda” e das tradições “camponesas” no centro e na periferia. O desenraizamento do espaço – de um local ou de um território que desaparece ao se globalizar, reaparecendo como um global desterritorializado – pode ser visualizado, por exemplo, para as realidades do *agribusiness* e do estilo de vida *country*. Originalmente norte-americanos, passam a compor a cultura global. Neste processo tornam-se representações econômica e cultural do *agribusiness* e do estilo de vida *country*, por ex., no Brasil, na Austrália e no Japão, fazendo desaparecer o original americano, mesmo no território do EUA. Os rurais imaginários contemporâneos, oriundos do centro ou sedimentados na

periferia Mundial, tendem a atribuir sentido apenas ao presente, abrindo a possibilidade de construção de um global hegemônico sem lugar, sem território: desterritorializado, como parece ser o poder exercido pelo capital financeiro transnacional.

Para esclarecer esta narrativa da complexidade de poderes contemporâneos cumpro-me recorrer à uma de minhas fontes de inspiração analítica. Boaventura Santos procurando entender a globalização contemporânea visualiza as relações do local e do global como expressões de poderes hegemônicos e contra-hegemônicos. Para SANTOS (2002), as tensões do local e global apontam valorizações contraditórias de práticas sociais e culturais transnacionais (globalizadas) e nacionais e regionais (localizadas). Com a intensificação das dimensões econômicas e políticas globalizadas, as relações sociais tendem a pressionar as fronteiras de antigos localismos – da tradição, do nacionalismo, da linguagem e da ideologia – próprios da modernidade. Nas rupturas dessas fronteiras as relações sociais adquirem um espaço de atuação globalizado. Paradoxalmente, ganham força identidades locais, regionais e nacionais, porém com demarcações diferenciadas das antigas experiências, fazendo emergir novos localismos. (SANTOS, 2002: 54). O autor identifica lutas e tensões econômicas, culturais e políticas – hegemônica e contra-hegemônica – no espaço global. Identifica globalizações de cima-para-baixo, hegemônicas, e de baixo-para-cima, de resistência ou contra-hegemônica. No grupo das hegemônicas identifica as formas de globalização do *localismo globalizado*⁹ e do *globalismo localizado*¹⁰ (SANTOS, 2002:45-65). No segundo grupo estariam as de resistência do *cosmopolitismo*¹¹ e do *patrimônio comum da humanidade*¹², ambas com potencialidade contra-hegemônica globalizada. Tal formulação nos permitiria entender, por ex. as lógicas representativas do Fórum Econômico Mundial e do Fórum Social Mundial na atualidade.

⁹ *Localismo globalizado* é descrito como a situação na qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, e exerce uma influência preponderante sobre outros locais, como que descrevendo uma força centrífuga do global para os diferentes locais, a exemplo da atividade mundial das multinacionais e a exportação de valores, artefatos culturais e universos simbólicos ocidentais ou especificamente norte-americanos para outros locais do mundo. (SANTOS, 2002: 65).

¹⁰ O *globalismo localizado* seria, pode-se dizer, a outra face da mesma moeda: o local que é modificado pelo global, o resultado dos impactos das práticas e imperativos transnacionais nas condições locais. O local é, nesse movimento, desintegrado, desestruturado e preparado para a possibilidade de ser reestruturado sob a forma de inclusão subalterna. (SANTOS, 2002: 66). Como globalismos localizados identificam-se as situações de eliminação do comércio de proximidade e criação de encaves de comércio livre ou zonas francas; a destruição dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; o uso turístico de tesouros históricos, entre outros. O uso e o valor local são transformados para atender a uma nova valoração global.

¹¹ Denominado de *cosmopolitismo* a primeira forma de resistência, que consiste na organização transnacional de estados-nações, regiões, classes ou grupos sociais vitimados pelas trocas desiguais, servindo-se das possibilidades de interação criadas pelo sistema mundial, tais como as tecnologias de informação e comunicação. (SANTOS, 2002: 67). A resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada. Por meio dessas práticas e discursos de resistência estruturam-se, pela coligação de grupos progressistas subalternos e seus aliados, redes de solidariedade e militância anticapitalista de abrangência global.

¹² Uma segunda forma de resistência é identificada como *patrimônio comum da humanidade*, uma noção que recorre ao direito internacional. São reivindicadas no âmbito planetário e têm um caráter transnacional intrínseco. Pode-se identificar a atuação desse modo de produção de resistência como fenômenos de uma sociedade civil e política global apenas emergente. (SANTOS, 2002: 70-71).

Nesses embates da globalização, o *localismo globalizado*, tendo sua particularidade anterior convertida em condição universal, hegemônica, torna-se referência no reconhecimento das diferenças e dos critérios de classificação das hierarquias diferenciadoras. Ao ditar os termos das diferenciações, estabelece as conseqüentes exclusões e inclusões subalternas. Diferencia e hierarquiza, assim, nações, regiões, grupos sociais e indivíduos, bem como artefatos, instituições e valores culturais. SANTOS (2002) destaca que na divisão globalizada da produção, essas práticas hierarquizadoras de diferenças garantem aos países centrais os *localismos globalizados* e aos periféricos ou semiperiféricos a escolha de *globalismos localizados*, formas de representação da hegemonia mundial nos diferentes espaços nacionais.

Com base nesta narrativa poderíamos visualizar ruralidades locais que se globalizam? Seria esse o caso, por exemplo, da referência dos EUA na expressão dos interesses econômicos hegemônicos expressos na Organização Mundial do Comércio (OMC) e nos acordos sobre alimentos e seus comércios? Qual seria a imagem hegemônica de rural que estes interesses carregam? Como os processos discursivos constroem as classificações e as hierarquias das diversidades aí presentes? Qual é o outro não-hegemônico que foi construído pelos mesmos processos que construíram o hegemônico vencedor, o *localismo globalizado*? Como tal, o *rural globalizado* torna-se assim a escolha dos países e regiões periféricas e semiperiféricas e é internalizado como *globalismo localizado*? Tais artefatos, processos e imagens assim localizados estariam fora de lugar? Todas as instâncias contemporâneas (econômica, políticas e culturais) inter ou transnacionais, como a ONU, o Banco Mundial, o FMI, a Unicef etc, não seriam instâncias legitimadoras de uma multiplicidade de *localismos globalizados* (rurais, urbanos, econômicos, artísticos, políticos de padrão de consumo, ambientalistas)? Haveria assimetrias de poderes na legitimação das possíveis hegemonias? Quais os localismos que carregam possibilidades de hegemonias? Essas instâncias transnacionais não irradiariam e direcionariam pressões e políticas pela adoção local desses referenciais hegemônicos? Adotados localmente, esses *globalismos localizados*, hegemônicos, não tensionariam por de dentro os localismos não hegemônicos?

Aos modos de globalização hegemônicos contrapõem-se para SANTOS (2002) os modos de globalização de resistência do *cosmopolitismo* e do *patrimônio comum da humanidade*. A primeira forma de resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada. Estariam os movimentos de associações indígenas, ecológicas e artísticas contemporâneas em busca de valores culturais alternativos e contra-hegemônicos que fundamentem autoridades compartilhadas? A segunda forma constrói-se em uma noção que recorre ao direito internacional, identificando o *patrimônio comum da humanidade*. Como exemplos, teríamos o caso das lutas pela proteção e desmercantilização dos recursos, entidades, artefatos e ambientes cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala planetária – um interesse mundial –, dentre elas as lutas ambientais e pela preservação da biodiversidade.

Nesta perspectiva analítica os fenômenos de globalização não existem como entidades estanques. Alimentam-se das lutas que se travam em diversas dimensões, não têm um caráter pacífico e consolidado, e atingem o campo social, tensionando, portanto as identidades sociais em disputa, e em nosso caso as complexas configurações de poderes urbano-rurais contemporâneas.

Essa multiplicidade de questões desnaturaliza o processo de globalização, desvenda as redes de poderes e de assimetrias globalizadas e nos permite indagar sobre as assimetrias de poder que fazem determinados localismos rurais perdedores, seja nos espaços globalizados seja nos espaços nacionais e regionais.

Fragmentos de poderes urbano-rurais em uma perspectiva histórica

Retomando elemento de minha terceira narrativa, poderíamos nos perguntar como aqueles possíveis globais hegemônicos localizados se apresentariam no espaço brasileiro? Estariam aqui representados pelas sociabilidades competitivas do *agribusiness* brasileiro contemporâneo?¹³ O poder rural hegemônico desses negócios pode ser visualizado por sua importância nas taxas recentes de crescimento do PIB nacional, pela importância relativa da agricultura nos saldos positivos da balança comercial e pelo poder político das associações patronais agroindustriais. Recentemente esses interesses são representados pela atuação do Ministério da Agricultura, separando-os daqueles da agricultura familiar e da reforma agrária, estes representados no Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O apoio ao empresariado rural, a integração dos agricultores familiares aos processos agroindustriais e mercados, a garantia do bom uso do crédito bancário, a difusão tecnológica e a ampliação de mercados de bens de produção industriais para a agricultura são algumas das funções projetadas e executadas pelas políticas e instituições governamentais nos últimos 50 anos.

Por esta narrativa complexa, podemos dizer que no Brasil da atualidade, sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, a ambiência daquela hegemonia globalizada impulsiona processos nacionais de resignificação do espaço agrário como um novo mundo rural. Esse passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associam-se à valorização

¹³ O *agribusiness*, aqui concebido, inclui os processos produtivos industriais à montante (produção dos bens de produção de uso agrícola), o empresariado produtivo agrícola (produção agrícola em sentido estrito) e à jusante (agroindústrias de processamento).

da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e culturas popular e tradicional, bem como à dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem – podendo mesmo reverter – o processo de migração rural-urbana e estão associados à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

A perspectiva analítica aqui ensaiada nos permite visualizar a complexidade das lutas pela democratização da sociedade brasileira, pensando-a como uma questão nacional e global, urbana e rural, alertando-nos também para o risco de visualizar apenas um processo homogêneo ou linear da globalização, sugerindo o desaparecimento do local, do nacional e do rural.

Ao compreender do mundo rural em uma perspectiva histórica das configurações de poderes urbano-rurais nos leva a perguntar quais as forças sociais e os interesses que projetaram os lugares e as funções que o rural ocupou na dinâmica social e política.

No caldo cultural da modernidade, os processos de construção de hegemonias impuseram os valores burgueses como universais e localizaram os valores dos antigos regimes, dos domínios coloniais ou das civilizações e culturas tradicionais como específicos, subalternos e inferiores. Construíram assim as oposições universal-particular, global-local, cidade-campo e urbano-rural, sempre com uma hierarquia em que os valores superiores deram significados ao primeiro elemento de cada oposição enunciada. Em tal contexto o rural foi identificado com o tradicional, o selvagem, o primitivo, o incivilizado, o conservador e o autoritário. Resistentes a mudanças, o local, o rural, o campo e o território foram associados a culturas estáveis e homogêneas, avessas à mudança e à vivência do novo.

Em tal contexto são projetadas as instituições e políticas para o mundo rural, que associadas ao domínio burguês (da cidade e da indústria) expressam o domínio de uma determinada hegemonia política. O rural sócio-histórico foi assim culturalmente associado às sociedades agrárias tradicionais e a comunidades locais, bem com temporal e simbolicamente associado ao passado e à tradição.

Considerado como oposto às relações sociais oriundas das instituições do mercado e do Estado e da civilização burguesa, simbolicamente associadas à cidade, o rural da modernidade ficou identificado com a tradição, incivilidade e irracionalidade. Associado às relações face a face, às culturas estáveis, homogêneas e primitivas ficou identificado como conservador. Associado ao antigo regime – feudal em alguns casos e escravistas em outros – ficou identificado como autoritário, como não-democrático. Noutro sentido, enquanto o território urbano foi simbolicamente referido ao tempo contínuo, ao mecanismo do relógio e ao espaço geométrico horizontal-vertical das ruas e dos edifícios, o território rural ficou associado ao tempo sazonal e ao espaço ecossistêmico da natureza. Em tal contexto, as sensibilidades

urbanas e rurais – os sentidos do corpo e da mente – são culturalizados, na cidade por valores universalizantes e homogeneizantes, e no rural por valores localistas e diferenciados, habilitando-nos a falar de culturas rurais, mas em culturas rurais nas quais o seu oposto urbano está presente.¹⁴

Territórios ecossistêmicos e globalizações

Considero a noção de sustentabilidade ambiental, apresentada pelas Nações Unidas no Relatório Brundtland, como uma matriz discursiva dominante e globalmente hegemônica. Essa matriz discursiva dominante tornou-se a referência nas disputas globalizadas que definem os usos e significados dos territórios ecossistêmicos nacionais, as trocas internacionais de alimentos, matérias primas e recursos energéticos, bem como as discussões sobre a atmosfera, os recursos hídricos planetários e o patrimônio comum da humanidade. Incorporada como padrão de referência nas práticas de várias instituições e atores políticos transnacionais e nacionais essa matriz discursiva não problematiza a apropriação privada da natureza, desqualificando os discursos críticos e contra-hegemônicos que colocam a apropriação privada e a concentração da propriedade como questões. Em outras palavras esta matriz orienta uma regulação dos usos ambientais planetários e os fluxos do comércio internacional sem deslegitimar o monopólio sobre a propriedade e o domínio dos territórios ecossistêmicos, nacionais e privados. Na medida em que tal parâmetro discursivo representa os poderes hegemônicos expressos nas Nações Unidas ele estabelece diretrizes de políticas de desenvolvimento sustentável capitalista, respeitadora dos direitos de propriedade e do comércio transnacional. A questão ambiental nos remete à questão do ambiente natural, da natureza.

A partir de desdobramentos da teoria da renda da terra e de seus possíveis significados contemporâneos desenvolvi o conceito de renda da natureza procurando elucidar os domínios privados sobre os territórios ecossistêmicos. Esta abordagem elucidada alguns sentidos da apropriação privada do ecossistema como componentes da disputa pela apropriação do conhecimento científico e cultural aplicado e aplicável em um dado território (tecnologias), bem como nos permite visualizar o território ecossistêmico como mercadoria ou ativo financeiro.

Lembro que no contexto da economia política clássica a questão agrária burguesa colocava em cena os interesses da burguesia industrial emergente em destruir o poder oligárquico da aristocracia absolutista sobre as terras. Em termos econômicos visava a transformação da terra em mercadoria e a determinação dos preços agrícolas pelos mercados de alimentos e matérias primas, reduzindo as rendas do direito

¹⁴ A noção geral marxiana de que o homem ao produzir as condições de sua existência produz a si mesmo, nos permite afirmar que as comunidades locais vivenciam relações ecossistêmicas específicas de produção, produzindo-se a si mesmas, com suas culturas e identidades. A compreensão da ambiência sócio-cultural dessas comunidades locais nos remete às aberturas sociossistêmicas (econômicas, políticas e lingüísticas) que compartilham com o todo social. Da mesma forma que nos alerta ELIAS (1994) sobre as dinâmicas sociais e a compreensão da “sociedade dos indivíduos” ou dos “indivíduos em sociedade”, o local (a parte, o indivíduo, a comunidade) nunca desaparece em suas relações com o global (o todo, a sociedade).

absolutista da terra. Em termos políticos significava da destruição do direito absoluto – do Estado Absolutista – e sua substituição pelo direito privado mercantil – do Estado Burguês.

Hoje, o direito de propriedade privada burguesa é reconhecido pelas soberanias do Estados nacionais e parece como um direito natural. No entanto, os direitos de uso extrapolam as fronteiras nacionais e estão referidos aos mercados globalizados. O significado do conceito hegemônico de desenvolvimento sustentável capitalista expresso pelas Nações Unidas, aceita implicitamente a propriedade privada da ordem capitalista, bem como a distribuição da base de recursos entre os diferentes agentes sociais, respeitando as legitimações dos Estados nacionais. Não questiona as violências originárias que deram origem a este domínio e nem as assimetrias de poder vigentes nos territórios das nações, como, no caso brasileiro, as lutas de conquista e ocupação dos territórios indígenas e a constituição dos direitos das capitâncias hereditárias e das sesmarias e sua posterior legitimação na Lei de Terras de 1850.

No contexto das hegemonias contemporâneas a questão do desenvolvimento sustentável torna-se assim apenas uma questão de uso do ecossistema na lógica do mercado, com as regulações políticas ambientais legitimadas em acordos internacionais.¹⁵ A sustentabilidade ambiental capitalista e seus desdobramentos – teórico, técnico, cultural e político – apontam assim para a incorporação dos constrangimentos ecológicos à lógica competitiva intercapitalista, agora de caráter globalizado e planetário, de poderes assimétricos entre nações e classes sociais. Com tal deslocamento estaríamos em uma outra configuração dos domínios territoriais?

Fala-se em multifuncionalidade do território e em territorialidades no mesmo momento histórico em que há reconstruções de identidades culturais, nacionalidades e etnias e movimentos de integração de espaços nacionais em megamercados – Mercado Comum Europeu, Mercosul, etc. –, bem como em revalorizações do passado incrustados em patrimônios culturais e de patrimônios ecossistêmicos e bióticos “nacionais” e “da humanidade”. Estariam esses movimentos identificando novos processos de utilização do território? Novas formas de construção social dos espaços territoriais? Estariam reconformando os domínios territoriais em novos e complexos usos globalizados? Os usos dos espaços nacionais – campos de petróleo, biosistemas produtores de biomassas de usos e consumos mundializados, espaços turísticos, etc. – estariam tornando-se fonte de interesse transnacional ativando e intensificando as ordenações políticas e mercantis transnacionais em uma expansão da ordem política e econômica na gestação de um

¹⁵ Em MOREIRA (1999: 261-262) destaquei que “Uma mesma propriedade territorial, com limites físicos definidos, pode ter seu espaço de ação social e econômica aumentado ou diminuído. Isto vai depender da forma e da eficácia que estiverem associadas às leis e regulamentações de cunho ambientalista. Em outros termos isto significa que novas formas de regulação – agora sócio-ambiental – do uso social da propriedade privada estão sendo criadas. (...). As disputas ambientalistas trazem, portanto, a possibilidade de mudanças nas fronteiras não-materiais da regulação social da propriedade privada que, neste sentido vai afetar os parâmetros legitimadores da competição intercapitalista, das tecnologias utilizáveis e dos direitos sócio-ambientais de trabalhadores e consumidores.”

Estado e um Mercado mundializado?¹⁶ Estariam subjacentes novos domínios e poderes sobre os territórios mundiais? Novos usos planetários dos ecossistemas, a interdependência de processos culturais, sociais, econômicos e planetários imporiam revalorizações monetárias e financeiras dos territórios, redefinindo de uma forma complexa os mercados de terra e de espaços biossistêmicos?

Em que sentido a teoria da renda da terra poderia nos auxiliar a visualizar tais desdobramentos? A meu ver tais questões podem ser visualizadas a partir do quadro teórico da renda da natureza.

No que concerne ao conjunto das sociedades contemporâneas, estas sociedades são fundamentalmente baseadas nas desigualdades da distribuição dessa base de recursos, de tal ordem que podemos falar de distribuição ecológica assimétrica, seja no sentido de propriedade sobre um ecossistema, seja no seu uso.¹⁷

Em MOREIRA (1999) destaquei que o reconhecimento da distribuição ecológica como domínios sobre o território biossistêmico, implicava reconhecer uma distribuição ecológica relativa à ordem política e mercantil capitalista hegemônica e globalizada.¹⁸ Minha análise da renda da terra e do processo de territorialização do capital no campo (MOREIRA, 1995) envolveu uma reinterpretação da renda diferencial I e uma resignificação da terra como natureza, permitindo-me falar em renda da natureza. Como elaborações discursivas argumentei que as diferentes teorias (fisiocrática, ricardiana e marxiana) permitiam visualizar os interesses de diferentes classes sociais. A postulação fisiocrática, associada aos interesses aristocráticos do Antigo Regime, defendia o direito à renda dos proprietários (a aristocracia do Antigo Regime) em detrimento dos ganhos capitalistas mercantis, tidos como improdutivos. A postulação ricardiana, ao não reconhecer a existência da renda absoluta, negava o direito de monopólio de aluguéis à aristocracia proprietária, reconhecendo apenas a existência de rendas diferenciais I e II, favorecendo a lucratividade dos arrendatários capitalistas. A postulação marxiana enfatiza a apropriação da renda – absoluta e diferenciais I e II – como campo de domínio dos proprietários frente os não proprietários, em uma teoria ampla de exploração do trabalho pelo capital. Interpreta a renda da terra como divisão da mais-valia social apropriada, em primeira mão pelos capitalistas.

O preço de um lote de terra seria definido por uma capitalização de suas rendas, à semelhança dos juros sobre capitais imobilizados ou financeiros. A determinação do preço da terra não é assim definida por um

¹⁶ Esta nova totalidade é objeto das teorias da globalização e mundialização, da era da informatização (CASTELLS, 1999), nas elaborações sobre o choque de civilizações (HUNTINGTON, 1997) e da constituição do Império (HARDT e NEGRI, 2001), dentre outras.

¹⁷ Segundo ALIER (1997; 216) a distribuição ecológica pode ser entendida como “as assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais, objeto ou não de trocas comerciais, isto é, ao esgotamento dos recursos naturais (incluindo a perda da diversidade), bem como às cargas de poluição”.

¹⁸ Mesmo onde e quando o esgotamento dos recursos naturais e as cargas de poluição não assumiram ou assumirem visibilidade e significado social – não podendo, portanto, serem valoradas –, poderíamos visualizar, com esse conceito, a existência de uma distribuição ecológica legitimada, ou seja uma auto-regulação social, mesmo que carregada de assimetrias e desigualdades.

custo de produção, como o seria de qualquer outra mercadoria, a exceção da força de trabalho, mas sim por uma capitalização da renda. No contexto atual, essa teoria se expandiria na compreensão de como os diferentes usos da natureza se desdobrariam nos preços e aluguéis de terras, garantindo aos seus proprietários a apropriação de parte do produto social globalizado, ou globalizável, no presente e no futuro.

Procurei demonstrar que a tradição analítica da renda da terra – e da renda diferencial I¹⁹ – considerava a *localização* e a *fertilidade* como dádivas da natureza. No debate clássico a renda diferencial I é reconhecida como aquela parcela do valor dos produtos do solo que é paga ao proprietário pelo uso dos poderes originais e indestrutíveis do solo (localização e fertilidade).

Coloquei em discussão a noção de natureza e de natural associada ao uso e à propriedade. Em resumo, coloquei em questão os direitos sobre a natureza na ordem capitalista. Ao não entendê-la como natural²⁰, nos sentidos ricardiano e do marxista ortodoxo, e sim como uma "naturalidade" da sociabilidade capitalista, indagava então sobre o sentido e a significação das noções de fertilidade e de localização no contexto da apropriação capitalista. (Cf. MOREIRA, 1995). Naquele texto ressalté que compreensão da *localização* das terras só tinha sentido quando referida aos núcleos de sociabilidade, no caso, às cidades e aos mercados, bem como aos investimentos sócio-históricos, públicos e privados, que localizavam as terras.

As análises das rendas diferenciais I e II referem-se ao campo analítico das terras em produção.

Há ainda um processo, reconhecido na análise da questão, que visualiza a valorização das terras em sua associação com a elevação da demanda social por alimentos e matérias primas de origem agrícola. Este argumento reconhece assim uma demanda social urbana e industrial que se rebate sobre a agricultura e o estoque de terras e seus processos de valorização. Hoje poderíamos pensar na demanda mundializada de alimentos e matérias primas e biomassa de origem vegetal e animal. A produção social dessa localização não poderia ser considerada como produção mercantil sob o domínio de um capital privado, como é o caso das mercadorias. Não haveria um custo capitalista empresarial de produção da localização. A *fertilidade* foi por mim compreendida como o conhecimento sócio-histórico das utilizações possíveis das

¹⁹ Nas análises ricardiana e marxista, a renda diferencial I, de *localização* e de *fertilidade*, é considerada, a renda da terra propriamente dita. A renda diferencial II é a renda capitalista da terra, que reconhece a incorporação de trabalho passado às terras oriundas de investimentos capitalistas passados, portanto claramente uma produção social. A renda absoluta, marxiana, representaria o monopólio de classes sobre o território agrícola, associada ao direito de propriedade reconhecido pelos Estados.

²⁰ Cumpra ressaltar que no contexto dos séculos XVIII e XIX o pensamento científico moderno “clássico” já pressupunha que as “leis da natureza” eram eternas e que a natureza era separada da sociedade. Tinha como projeto a compreensão da natureza “em si”. Hoje, uma corrente da ciência moderna relativista reconhece a impossibilidade e a incerteza, e por que não dizer, a utopia científica de um conhecimento independente do observador humano. Voltaremos a tratar esta questão na última sessão deste texto.

terras. Esse saber cultural também não poderia ser compreendido como produtos de capitais privados. Também aqui não haveria um custo capitalista empresarial de produção da fertilidade.

Abro parêntesis para reter as complexas determinações das configurações de poderes cidade-campo que podem ser associadas ao tema desta mesa se aceitarmos a análise até aqui apresentada. Estamos falando de uma localização socialmente produzida e não de uma dádiva da natureza.

A desnaturalização da localização e da fertilidade implicava então considerar a complexidade dos processos sociais (econômicos, culturais e políticos) nos quais tanto a localização quanto a fertilidade, socialmente produzidas, seriam apropriadas privadamente na competição intercapitalista. Localização e fertilidade transformam-se nesta perspectiva analítica em valores sociais. Valores, produtos do trabalho humano, em um sentido mais geral, produtos da cultura, que se tornam passíveis de apropriação capitalista. A renda diferencial I é vista assim como o resultado das disputas econômicas de apropriação privada de processos sociais de localização das terras frente aos mercados e de produção de conhecimentos técnicos sobre os usos das terras.²¹ Em MOREIRA (1998), a biodiversidade foi entendida como elemento componente da cultura – do saber científico e cotidiano, podendo-se falar também em sua apropriação privada.

Não seria impossível especular sobre os saberes das artes da navegação na localização das terras nos marcos dos grandes descobrimentos dos séculos XV e XVI, bem como o papel do conhecimento sistemático da geografia e da geometria nos diferentes domínios imperiais e coloniais de então.

Se minhas considerações podem ser aceitas, a renda da natureza é apropriação privada, uma apropriação mercantil da cultura. Saberes culturais e investimentos sociais associados à *localização*, à *fertilidade* e à *biodiversidade* - bem como à *ecologia* e ao *ecossistema* –, distintos, mas não independentes daqueles saberes e investimentos diretamente associados aos capitais privados empresariais, comporiam assim um caldo de valores sociais comunitários e universalizáveis.²² Podem ser vistos como patrimônio comum da comunidade, ou mesmo da humanidade, como postulam correntes do discurso contemporâneo. No entanto, sob a vigência da propriedade privada capitalista, tornam-se direitos privados associados à propriedade da terra, do território e do ecossistema: em síntese, da natureza.

Cumprе acrescentar ainda que, se aceitarmos que o preço da terra, a valorização monetária da natureza e de um ecossistema é taxa de juros capitalizada, tais processos valorativos estão sujeitos ao processos

²¹ Minha análise elucidava que os investimentos públicos e sociais em estradas, por exemplo, valorizam as terras privadas beneficiadas. O conhecimento técnico, socialmente gerado, valoriza as terras – como, por exemplo, foi o caso da valorização recente do cerrado brasileiro –. Ressaltei a necessidade de compreender a técnica em seu tempo histórico, no sentido, por exemplo, de que, no passado, as terras com petróleo não tinham valor.

²² Talvez a noção marxista de trabalho abstrato pudesse abarcar esse “caldo cultural” sócio-histórico a partir de uma reconceitualização do trabalho abstrato, para além de sua compreensão como oriundo das transmutações dos trabalhos concretos acionados pela produção de mercadorias sob a égide de capitais privados. Cf. MOREIRA (1999).

econômicos e sociais que determinam a(s) taxa(s) de juros; um fenômeno reconhecidamente transnacional. É também neste sentido que podemos falar em financeirização da natureza e do território, destacando assim a especulação²³ sobre o futuro, que está associada à determinação da taxa de juros.

Na dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo a esfera da acumulação financeira, quando comparada à esfera produtiva, parece ganhar autonomia quando são de fato co-imanentes: uma não pode ser pensada sem a imanência da outra. Especulação e risco são noções que estão associadas. Se destacadas como questões a serem explicadas, fundamentam teorias como as teorias de jogos e de sociedade de risco. A própria produção discursiva do risco (as linguagens dos indicadores de risco) não pode ser desconsiderada na lógica e estratégia das disputas econômicas transnacionais e intercapitalistas. As classificações que emergem das aplicações dos indicadores de risco estão associadas a processos de qualificação e desqualificação de determinadas ordens monetárias, econômicas, políticas e culturais e de nações. Indicam hierarquias e assimetrias de poderes socialmente construídos. São também projeções presentes de cenários futuros: de ações, papéis, títulos, moedas, tecnologias, mercados e patrimônios; dentre os quais os patrimônios e territórios ecossistêmicos.

Em diferentes perspectivas metodológicas, os indicadores de riscos operam com uma atualização do passado e uma antecipação do futuro, sob uma perspectiva do presente. A especulação financeira é assim uma aposta em uma presentificação do futuro, que por sua vez conformam as próprias possibilidades de futuro, como nos ensina o pensamento keynesiano.

Para o que nos interessa no momento, podemos dizer que o conhecimento científico e técnico aplicado ao código e à engenharia genética abre um novo leque de interesses à acumulação capitalista, conformando o que se pode denominar de indústria da vida. O direito e a propriedade sobre o conhecimento do código genético e sobre os recursos da biodiversidade ganham relevância no presente e nas perspectivas de futuro. Estes processos intensificam e ampliam as disputas de apropriação de conhecimentos sobre o mundo natural e sobre a dinâmica da vida.

Reconhecer a assimetria nos mercados e as assimetrias de poderes políticos na ordem transnacional implicaria reconhecer a possibilidade de que as rendas da natureza e do ecossistema (ou parte delas) estarem fluindo para mercados e instâncias financeiras transnacionalizadas.

Em um sentido geral, a distribuição ecológica funda disputas em várias ordens sociais. A propriedade da terra, do território, do ecossistema capacita o seu proprietário a disputar a apropriação privada dos mais

²³ JAMESON (1997; 38-39) após identificar os mistérios que envolvem a dominação do ser humano natural sobre outras formas de vida em um território, destaca os domínios capitalistas na valorização dos territórios e conclui que “O desenvolvimento do capitalismo, então, distribuiu esse valor de forma muito irregular, até que, a longo prazo, em seu momento pós-moderno, a pura especulação, (...), a liberação da forma valor de qualquer de seus conteúdos concretos e terrenos, reina agora suprema e devasta cidades e campos que criou no processo de seu próprio desenvolvimento.”

variados conhecimentos utilizáveis naquele ecossistema, bem como das vantagens de localização relativa frente aos mercados transnacionalizados e rotas do comércio, no presente e no futuro.

Em situações de competição imperfeita, os grandes capitais manipulam um poder de mercado que lhes capacitam a apropriação privada de um sobre-lucro significativo. (Cf. MOREIRA, 1995 e 1998). Em MOREIRA (1998) destaquei que na esfera da competição intercapitalista a imobilização de capital dinheiro em terras está associada a outros processos que não os diretamente ligados à produção agrícola. Não é só um processo de valorização das terras em produção, mas também a valorização das terras em geral que está em jogo. A terra pode apresentar-se para diferentes usos produtivos, diferentemente da rigidez produtiva de uma estrutura produtiva industrial. Como capital dinheiro imobilizado em terras, a terra vai funcionar como reserva de valor e como ativo financeiro. Entra na disputa pelo futuro como garantia de acesso a novas potencialidades e usos da terra abertos pelo avanço do conhecimento, pelas novas tecnologias e pela formação de expectativas com relação ao futuro.²⁴

O que quero destacar é que, como ativo financeiro, a rentabilidade da terra (da natureza, do ecossistema) pode incorporar valorizações distintas daquelas identificadas pelas rendas diferenciais I e II, influenciando na renda absoluta e nos preços das terras. Atento a essa valorização financeira da terra RANGEL (1979) concebe o conceito de quarta renda. A quarta renda, ao tornar visível a rentabilidade financeira da terra, elucida mais uma dimensão dos processos de globalização dos territórios. Os processos transnacionais associados aos mercados de capitais e aos fluxos financeiros, especialmente aqueles associados às expectativas de futuro de ecossistemas, no curto, médio e longo prazos, e suas mais variadas possibilidades de uso.

A valorização dos territórios responde à formação de expectativas. No sentido capitalista, pode-se dizer que a imobilização do capital em terras, produtivas ou improdutivas, significa a territorialização do capital. Não como algo estranho ao capitalismo, mas próprio dele.²⁵

²⁴ BRANDÃO (1988) analisou o comportamento da rentabilidade do ativo terra vis-à-vis outros ativos financeiros, bem como examinou alguns fatores que diferenciariam o comportamento dos ativos terra dos demais, dentre os quais, o crédito rural subsidiado, o nível da atividade econômica e o comportamento do setor agrícola como um todo. Para o período que analisou, marcadamente de Governos Militares, o autor constatou que: “a terra mostrou-se um ativo bastante atraente ao longo do período analisado. Seu retorno médio foi relativamente elevado e o risco associado relativamente baixo. Procurou-se também estimar regressões entre o preço e o aluguel da terra e algumas variáveis mencionadas na literatura. Os resultados encontrados indicaram que o crédito rural é certamente uma variável importante na explicação do preço da terra. (...) Observou-se que a política agrícola existente no Brasil talvez seja um dos maiores empecilhos à reforma agrária que vem sendo implementada. Dentro deste contexto, a dinâmica do mercado de terra é capaz de ‘desfazer’ grande parte da mudança de estrutura fundiária proposta. Tal ocorrerá em função tanto do sistema de crédito subsidiado para o setor, como também do sistema de incentivos fiscais.” (BRANDÃO, 1988; 176-177).

²⁵ Os processos associados aos incentivos fiscais na Amazônia, nos anos 1970, por exemplo, significaram, no sentido que aqui estamos dando, a territorialização do grande capital. As lutas pela apropriação da terra e da natureza que conformam aspirações dos povos da Amazônia não estão dissociadas deste processo de territorialização do capital e do grande capital nesta região. Não é algo estranho ao capitalismo, é parte componente de sua dinâmica. Os embates associados à apropriação da terra na Amazônia têm a ver com a dinâmica do capitalismo contemporâneo e a territorialização de seus interesses: a biodiversidade é um deles.

Um estoque de terras apresenta um campo de possibilidade de uso bastante flexível. A flexibilidade na utilização das terras envolve, não só uma flexibilidade na produção de diversas mercadorias agropecuárias, mas também uma flexibilidade de utilização não propriamente agrícola: usos urbanos, mineração, energia elétrica, lazer, turismo e já está sendo considerada como a fonte da biodiversidade, seja o que isto venha a significar com as novas tecnologias do genoma e da transgenia. Como ficariam nesta perspectiva as atuais configurações cidade-campo em um mundo financeirizado?

Uma necessária reflexão teórica

Entendendo como PRIGOGINE (1997) que a ciência é um diálogo com a natureza, cumpre aqui problematizar o conceito de natureza pressuposto da prática científica da ciência moderna. Em termos históricos a ciência que praticamos é um produto da modernidade e não pode ser compreendida por de fora do movimento sócio-cultural do Iluminismo no Ocidente que engloba, grosso modo, a Revolução Científica, as Revoluções Burguesas e a Revolução Industrial.

Para alguns autores os tempos modernos podem ser marcados, na sua origem, pelas Grandes Navegações do final do século XV; era do descobrimento das Américas. Envolvem processos de longo prazo vividos no ocidente dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

Sem me alongar, localizo minha fala naquilo que poderíamos denominar de ciência moderna contemporânea relativista, distinguindo-a do que poderíamos denominar de ciência moderna clássica (cartesiana-newtoniana), esta marcada pelo dualismo e pelo reducionismo. O dualismo separa corpo e mente, natureza e sociedade e dá precedência explicativa em seus processos de síntese ao corpo e à natureza. Tal principalidade explicativa das causalidades dos fenômenos observados funda e legitima o positivismo e o essencialismo. No que nos interessa, em termos culturais esta ciência legitima a concepção de ser humano separado da natureza. Esse proceder legitima o conhecimento científico e a razão cartesiana, como procedimentos culturalmente superiores no estabelecimento da verdade, na compreensão da realidade e na orientação da ação humana. Em seu conjunto estas três revoluções da modernidade deslocam o fundamento de legitimação do poder nessas culturas da ordem das “leis sagradas” para as “leis da natureza” e seu centro de poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria. A consolidação de instituições universitárias, científicas e tecnológicas passa a indicar graus de civilização superior. Ao mesmo tempo em que aceleram espantosamente os saberes aplicados, multiplicam os processos de profissionalização e tecnificação das sociedades. Diversos autores vão argumentar sobre a importância de se considerar a institucionalização da ciência e da técnica nas

sociedades contemporâneas, visualizando tais sociedades como técnico-burocráticas.²⁶ Nestas sociedades, a ciência e técnica são consideradas como força produtiva, bem como a institucionalização da ciência e da técnica é politicamente conformada, como demonstram as configurações das políticas científicas e tecnológicas. O campo da ciência e da técnica articula capital econômico e simbólico. Expressa interesses econômicos e sociais; sendo, portanto, um campo de disputa e competição da acumulação capitalista.

Nestes sentidos podemos dizer que a ciência moderna compõe, culturalmente falando, a configuração de poderes urbanos.

Do ponto de vista dos processos econômicos, a institucionalização da ciência e da técnica significa investimentos sociais, públicos e privados, em educação e pesquisa, que são conformados e conformam a expressão dos interesses hegemônicos nas políticas educacional, científica e tecnológica. A própria produção social do conhecimento torna-se campo de disputa capitalista e a tecnologia não pode mais ser considerada como variável independente, como tem sido o procedimento da tradição analítica da economia e da economia política, por exemplo. Parte significativa da pesquisa aplicada passa a ser incorporada como atividades das empresas. Retornamos assim ao argumento problema, já tratado anteriormente, da apropriação privada do conhecimento, agora especificamente do conhecimento científico, que socialmente produzido é apropriado privadamente.

A clivagem inicial entre ser humano e natureza oriunda do dualismo cartesiano arraigou-se na cultura científica ocidental e ainda está presente na cultura contemporânea. A meu ver, a ruptura epistemológica necessária, porém difícil de realizar, impõe conceber a complexa unidade sujeito-objeto, ser humano-natureza, e, em nosso caso, cidade-campo. Penso que a análise das configurações de poderes urbano-rurais que até aqui apresentei é uma tentativa nesta direção.

Conceber essa unidade complexa significa reconhecer que a natureza é elemento fundamental na identidade do ser humano. Nesse esforço, parece-me necessário deslocar o foco analítico para o fenômeno da vivência, do ser vivo, e da vida humana. No caso da vivência humana estaríamos nos indagando sobre as condições de existência do ser natural humano e nas construções das diferentes identidades sociais, em especial a identidade do cientista.

Podemos dizer que as diferentes identidades se revelam e se constroem nas relações e, dependendo das nucleações societárias que garantem as autonomias relativas do sujeito e do objeto, pode-se afirmar que nem no objeto e nem no sujeito a identidade social revela toda a sua existência. O que poderemos verificar, medir e representar serão apenas índices, indicadores, traços, elementos e registros da própria existência, de uma identidade sempre não absolutamente revelada. Essa questão tem sido objeto de vários

²⁶ Cf.: HABERMAS (1987), dentre outros.

pensadores, e carrega também a necessidade de compreendermos que a vida humana contém o grande mistério da ontologia e do sentido, do nascimento e da morte.

Na busca da relação entre ser humano e natureza, estaremos procurando nos aproximar do tema em um nível mais geral de abstração teórica, bem como buscar os sentidos que uma cultura daria àquilo que a física relativista contemporânea reconhece no princípio da incerteza descoberto por Werner Heisenberg, em 1927.

WHITEHEAD (1993) em suas Conferências de 1919 argumenta que na incerteza dos fenômenos da natureza física, a natureza se apresenta como uma estrutura múltipla de eventos que só ganha sentido de realidade humana na relação observador-natureza.²⁷ Tal manifestação da natureza é, espacial e temporalmente, instantânea. A manifestação do tempo-espaço seria simultânea ao evento natural, sendo este – *o evento natural* – produto da relação simultânea observador e o fenômeno da natureza em observação. O que quero reter é que a impossibilidade de se observar um ente físico *em si*, ou seja, separado do observador, está do fundamento da incerteza do conhecimento humano e no reconhecimento pela física relativista contemporânea, de um lado, da irreversibilidade do tempo e, de outro, da natureza única de um evento. Um fenômeno observado nessas circunstâncias não se repete nunca.²⁸

Considerar um outro evento como sendo o *mesmo evento* já observado estaria na ordem da abstração humana e na adoção de um conceito de tempo, ambos associados ao processo cultural de *reconhecimento* presente no observador. Para WHITEHEAD (1993) o processo de *reconhecimento* do evento significa a construção, sempre abstrata, do objeto material e do objeto científico por parte do observador. O observado só pode *reconhecer* algo que já era *conhecido* por ele e por sua cultura. O reconhecimento pressupõe assim uma socialização prévia do observador. No caso do cientista, uma criança que se tornou-se um adulto cientista. Se o observador é um ente social humano, podemos dizer que tais objetos materiais e científicos são sociais.

Whitehead demonstra que nas operações mentais, abstratas, de *reconhecimento* o observador opera uma disjunção do espaço-tempo. Faz parar o tempo em uma abstração que contém sempre uma significação social do tempo. A incerteza da física relativista conteria assim *algo mais* do que uma insuficiência provisória do conhecimento humano sobre a natureza, como seria o reconhecimento dos limites da certeza científica da física newtoniana. O sentido da incerteza seria da ordem da impossibilidade humana apreender pelo pensamento todas as sensações captadas pelos seus sentidos corpóreos ao vivenciar um evento natural. Tal evento é inseparável da simultaneidade espaço-tempo.

²⁷ Cumpre alertar que, apesar de inspirado no obra *O Conceito de Natureza* de Alfred North WHITEHEAD (1993) estarei tratando de objeto *social* e objeto *científico* das Ciências Sociais e não de objeto *material* e objeto *científico* das ciências naturais de que trata o autor.

²⁸ WHITEHEAD (1993) opõem-se assim à postulação einsteniana de um tempo reversível.

Reconhecer que esse *algo mais* é não conhecível, não só pelo *observador científico*, mas por qualquer *ser humano observador* é o que nos permite associar a incerteza de Heisenberg ao Mistério. Nas culturas humanas este Mistério é representado simbolicamente, dando sentidos à incerteza, à vida e ao tempo. Se aceitarmos que todo conhecimento da realidade é produto da relação do observador-evento natural, a realidade, mesmo a das ciências naturais, não seria nem independente dos fenômenos naturais e nem puro produto da imaginação humana. Conteria sempre uma incerteza, um *algo mais* não acessível ao ser humano. Este mistério inacessível aos humanos é um substrato para a imaginação de sua significação. A atribuição de significado ao incerto viria preencher o Mistério e daria sentido à vida, como o fazem as religiões e como postulam as filosofias da metafísica.²⁹

Podemos dizer que, de um lado, o objeto material ou físico apreensível pelos humanos não seria nunca a natureza *em si* e, de outro, ele não seria também uma *pura invenção* ou *imaginação*,³⁰ por conter uma manifestação, um evento da natureza. O objeto social seria sempre uma expressão complexa da natureza humana.³¹ Se levarmos esse conceito de evento aos limites de sua coerência, poderíamos dizer que: se cada evento é único, porque determinado pelos sentidos corpóreos e mentais de um dado observador em relação à natureza que se expressa no evento, tal evento único, no entanto, seria transformado em objeto material ou objeto científico pelo fenômeno humano do *reconhecimento*. Esse reconhecimento, do ponto de vista do observador, refere-se a algo já experimentado por ele ou a algo já abstraído pela linguagem que modelou seus processos mentais, que cotidianamente chamamos de pré-conceito. O diferente, único e novo do evento seria reconhecido como algo já conhecido e tomado como *o mesmo* pelo observador.

Do ponto de vista da interlocução comunicativa entre dois ou mais observadores presentes na manifestação do evento natural, o reconhecimento envolveria um *acordo social-político discursivo de reconhecimento* e, portanto, da construção da realidade e do sentido do evento.

Quem convence quem? Quem aceita a *verdade* do outro como sendo a sua *verdade*? A resposta a essas perguntas nos levaria ao campo da política em um sentido amplo, aos poderes assimétricos e a poderes hegemônico e contra-hegemônico de construção da realidade, bem como ao reconhecimento de um Outro para os humanos; o mistério da vida.

²⁹ A busca da ontologia do ser humano e do sentido da vida nos leva às insondáveis regiões já exploradas pelo pensamento filosófico, já representadas por misticismos e religiões, bem como por filosofias do Absoluto; seja este Deus, Natureza, Nada, Espírito, a Idéia, Acaso, ou o Desconhecido.

³⁰ Como advogam algumas correntes culturalistas do relativismo pós-moderno, em especial do estruturalismo lingüístico e do individualismo metodológico.

³¹ A natureza para as Ciências Naturais é, para Whitehead, *aquilo que observamos através dos sentidos*, algo que não seria apenas da ordem do pensamento e dos sentidos corpóreos do observador, mas que não seria, também, independente do pensamento e dos sentidos corpóreos daquele observador.

Esse Outro, agora não humano, pode ser representado como o Divino, a Natureza e o Tempo, com significados imaginários distintos. Tal pré-enchimento imaginário do mistério da incerteza constitui-se no fundamento de uma cultura, de uma visão de mundo e da realidade objetiva-subjetiva daquela cultura e daquele mundo.

Essas significações imaginárias sobre o Outro não humano, transformam o mundo caótico de eventos sempre únicos em mundos ordenados de objetos sociais. O Caos se transforma em Cosmos e os eventos naturais se transformam em objetos. Essas transformações se fundam em uma crença ou em um pressuposto subjetivo, imaginário de significação social do tempo e seriam da ordem da criação do subjetivo. Nesse sentido, toda objetivação contém uma subjetivação. Não seria possível separar uma ordem objetiva de uma ordem subjetiva, bem como não seria possível separar uma ordem social de uma ordem natural, ou ainda, uma ordem humana de uma ordem não-humana.

A aceitação de ordenação não-humana ou de uma força transcendental que daria ordem ao caos seria, assim, sempre uma hipótese ou uma crença, nunca demonstrável, do mistério do tempo. Os processos nos quais se dá a sua legitimação e aceitação, são os processos sociais que dão os significados da natureza e da vida e ao próprio mundo.

A possibilidade de associarmos o conhecimento da Física, o conhecimento das Ciências Sociais e o conhecimento da Cultura e falarmos em diferentes realidades como sendo realidades da Física, das Ciências Sociais e da Cultura estaria no pressuposto da incerteza estar presente em todas as instâncias da ordem social, podendo assim conter significados e significações diversas no espaço e no tempo. São assim sociohistóricas; mesmo quando significadas como eternas. Dando mais concretude a essas elaborações podemos, por exemplo, dizer que toda cultura humana vivencia relações *naturais* com o sol e a lua no planeta. A ordenação dos sentidos oriunda destes *eventos naturais* possibilita a um ente daquela cultura falar das temporalidades dos dias e das noites, das estações do ano, afirmando de forma imanente um sentido para o tempo.³² Todo ser humano vivencia especificidades bio-ecossistêmicas dos territórios, suas águas e ares. Simplesmente pelo fato de estar no mundo, vivencia os fenômenos do mundo. Os sentidos atribuídos a esses fenômenos são, no entanto, diferentes. Tanto podem ser entendidos como sendo da ordem das leis da natureza, das leis divinas, como das leis do nada, ou obra do acaso. As Leis da Natureza concebidas e aceitas pela ciência moderna clássica como eternas, podem assim ser vistas por nós como sociais e históricas, como parte componente da construção da modernidade, como indicadoras de um modo de legitimar os poderes sociais de uma época.

³² Na instituição imaginária da relação espaço-tempo da ciência moderna clássica, temos a noção de tempo reversível, que também se aplica às postulações eistenianas. PRIGOGINE (1996), em *O fim das certezas* e em suas formulações sobre os sistemas dinâmicos instáveis, a auto-organização e as estruturas dissipativas, complexifica tais questões desconstruindo o determinismo da ciência moderna clássica e da moderna física relativista eisteniana. O autor reafirma a irreversibilidade do tempo, postulando a “flecha do tempo” e o “paradoxo do tempo”.

Para nós, ao sentido que a cultura atribui ao tempo está ligado ao que pode falar como a revelação do mistério das tradições místico-religiosas. A despeito de uma crença ou de um fundamento do mundo, as questões dos sentidos da vida, do nascimento e morte são sempre as grandes indagações da cultura. A física relativista contemporânea reconhece no princípio da incerteza de Heisenberg, a impossibilidade do conhecimento absoluto, e de que a ciência é incapaz fundar uma certeza desta ordem.

A noção de que é a relação observador cientista-evento social natural que constrói a realidade científica e o próprio objeto social e científico, coloca em cena a cultura científica do observador, suas teorias e métodos, como componentes construtores dessa realidade científica. A subjetividade-objetividade do observador científico é modulada pela cultura científica moderna.³³

Como matriz hegemônica da construção social da realidade, a cultura científica postula-se ainda como um saber neutro, crítico e superior. Essas crenças culturais apóiam-se na valorização do saber científico como fundamento da técnica – da melhor técnica – e na formulação ideológica de que o conhecimento científico atenderia os interesses da sociedade, esta concebida como um ente abstrato, sem estruturas e hierarquias de poderes. Nesse sentido a ciência seria indiferente às disputas de interesses e as assimetrias de poderes existentes naquela sociedade.

O olhar disciplinar do observador cientista – e a matriz teórico-empírica a ele subjacente – produz determinados fatos científicos como realidade da natureza e da sociedade. Das realidades complexas da natureza e da sociedade, a realidade construída pela ciência só pode revelar indicadores e interpretações: meros registros de existência, nunca a própria existência.³⁴ Diferentes observadores, sob circunstâncias também diferentes, concluirão verdades igualmente diferentes.

Dizendo de outra forma: toda cultura atribui um sentido e uma significação àquilo que é incapaz de compreender; como o são os fenômenos da origem de vida e do universo, do sentido da existência e da vida e o significado da morte. Essa invenção de sentido consiste naquilo que CASTORIADIS (1982) denomina de construção imaginária propriamente dita.³⁵ Seria essa instituição imaginária propriamente dita aquela que dá sentido ao mundo daquela cultura. Seria o fundamento daquela cultura.

Essa operação mental imaginária religa (ação de ligar; religar, religião) o conhecível e o desconhecível, o visível e o invisível, o dizível e o indizível, construindo assim um fundamento, só se torna real pela crença, pela fé. Tal fundamento seria mais próprio da cultura religiosa e sagrada do que da cultura

³³ Cumpre notar que assim reconhecemos uma subjetividade científica, ou seja o campo dos valores sociais na identidade de um cientista. Esse não seria assim aquele ser social neutro como fazia crer a filosofia positivista da ciência moderna clássica quando se postulava como um saber neutro, crítico e superior. Torna-se responsável por seus atos e suas opções.

³⁴ Hoje até as mais avançadas hipóteses da física das supercordas, em seu esforço rumo à síntese definitiva das relatividades especial e geral, do microquântico ao macrocósmico, reconhece um espaço insondável da teoria M, com múltiplos universos paralelos ao universo antrópico; M de mistério, como nos demonstra GREENE(2001).

³⁵ Cf.: CASTORIADIS (1982)

científica, posto que esta implica em demonstração e em um posicionamento crítico a toda crença. Na primeira um dogma, na outra uma pressuposição. Assim toda teoria científica é uma hipótese sobre a realidade.

As imagens do desconhecido tornam-se crenças que naturalizadas tornam-se fetiches. Tornam-se elementos ativos e imanentes da realidade e da própria existência das pessoas. Esse desconhecido, passível de representação, de naturalização e de reificação, só poderá ser visualizado pela ciência se essa ciência reconhecer os limites e contingências da vida humana e do próprio cientista, reconhecer que o conhecimento científico está sempre sujeito à incerteza e indeterminação.

Uma ciência da incerteza e da indeterminação, como algumas correntes da ciência moderna relativista, e não uma ciência da certeza e da determinação, como postulava a ciência clássica moderna. Um dos elementos da ruptura epistemológica que acima falamos leva-nos a lidar com noções abertas de ser humano e aceitarmos nosso poder como não absoluto.

No mundo ocidental da Idade Média a concepção hegemônica desse desconhecido pressupunha um Divino absoluto no qual a realidade humana fundamentava o seu sentido. A pressuposição do Divino tornou-se uma crença que fechava e dava sentido de totalidade à cultura e às possíveis significações da linguagem e da comunicação. Num mundo assim construído havia uma supremacia da linguagem e do pensamento religioso. Dessa supremacia emanava um poder hegemônico. O pressuposto do poder medieval estava na crença dogmática de que a realidade e a verdade absoluta, já revelada, foram reveladas por Deus. E, que os sacerdotes eram seus intérpretes. A Igreja a sua representação na Terra. Os reis seus braços de poder.

No momento original da modernidade, a Revolução Científica, em particular, e o Iluminismo, em geral, legitimam uma concepção que se torna hegemônica na modernidade: as leis eternas da natureza são a fonte da verdade e devem orientar as ações humanas. A razão humana tem a chave a essa verdade, a ciência é a prática deste caminho. O conhecimento científico é superior e neutro por revelar as leis da natureza. O projeto dessa ciência era alcançar a verdade absoluta por meio da investigação da natureza e de revelar suas leis pelo poder da razão.

Não esqueçamos que estamos falando da razão cartesiana, uma razão que pretendia revelar o saber absoluto. A crença que fechava esta visão de mundo – ou seja, a matriz da cultura ocidental - é a de que a verdade está na Natureza e de que os cientistas são os seus interpretes; a Ciência seria a sua representação na cultura.

Com a substituição histórica das Leis Divinas pelas Leis da Natureza, como fundamento da legitimação do mundo, seriam agora os cientistas os novos sacerdotes?

Na medida que a verdade científica é tomada e vivida como verdade absoluta podemos dizer que sim. Na medida em que a ciência é crítica aos saberes instituídos, inclusive por ela própria, podemos dizer que não.

Na pós-modernidade de nossos dias, o relativismo científico moderno, da incerteza e da indeterminação, retira esse fundamento do sentido de realidade da ciência e da razão, desreificando a Ciência e a Razão modernas. Coloca o sentido de realidade na cultura. A vida passa a ter sentido só em nós mesmos. Os diversos fundamentos que apóiam essas realidades estão sujeitos a dúvida; todos eles; toda representação é discutível, inclusive a representação científica. As realidades estão sujeitas ao consenso social. Na falta de consenso temos as disputas por legitimações e a co-existência de várias verdades, uma hegemônica que se manifesta como poder.

É neste sentido que as configurações de poderes tornam-se, a meu ver, objeto de indagações e de análises. Com esta apresentação alguns fragmentos de práticas e discursos de configurações de poderes urbano-rurais da modernidade e dos tempos presentes, espero ter contribuído na elucidação destas questões.

Bibliografia

- ALIER, Joan Martínez. Justiça ambiental (local e global). In: Clóvis CAVALCANTI (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- BRANDÃO, A. S. P. O mercado de terra e estrutura fundiária no Brasil, em Antonio Salazar P.
- BRANDÃO (editor). *Os principais problemas da Agricultura brasileira: Análise e Sugestões*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. Série PNPE, 18, 1988.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Ed. da USP, 2000
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GREENE, Brian. *O Universo elegante. Supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa; Edições 70 Ltda, 1987.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- MOREIRA, Roberto José. Renda da Natureza e Territorialização do Capital: Reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 4, 89-111, jul., 1995.
- MOREIRA, R. J. Terra e Natureza: Um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: R. SANTOS e L. F. C. COSTA (Orgs.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.
- MOREIRA, R. J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: L.F.C. COSTA, R.J. MOREIRA e R. BRUNO (org.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: Ensaando uma interpretação. *Ruralidades* Cpda. CPDA, Rio de Janeiro: nº 1, 2002 e in R. J. MOREIRA (org.). *Identidades sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o rural na contemporaneidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, 113-143, Abril, 2003.
- MOREIRA, Roberto José. *Ética na Ciência*. Palestra. Embrapa Agroecologia, Seropédica. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, 5 de outubro de 2005.
- MOREIRA, Roberto José. *Territórios ecossistêmicos e globalizações: Notas de pesquisa*. Apoio Musashi Research Institute, Open Research Center Project. *Project on Globalization* by Tetsuji Kamamura. Rio de Janeiro. PPGCS em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (programa CPDA) da UFRRJ. Agosto, 2006.
- PRIGOGINE, Ilya. Ciência, Razão e Paixão. *Parceria Estratégicas*, V.1, nº 3, 124-136, Junho de 1997, São Paulo: Cultrix, 1982.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas*. São Paulo: Edunesp, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- RANGEL, Ignácio M. *Questão Agrária e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (1979).
- VELHO Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. SP./RJ: DIFEL, 1979.
- WHITEHEAD, Alfred North. *O Conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993

